

Darcy Ribeiro e a UnB

a universidade
necessária no
século XXI

Murilo Silva de Camargo
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Alexandre Simões Pilati
Esther Bemerguy de Albuquerque
(org.)



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
: Ana Flávia Magalhães Pinto
: Andrey Rosenthal Schlee
: César Lignelli
: Fernando César Lima Leite
: Gabriela Neves Delgado
: Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
: Liliane de Almeida Maia
: Mônica Celeida Rabelo Nogueira
: Roberto Brandão Cavalcanti
: Sely Maria de Souza Costa



Darcy Ribeiro e a UnB

a universidade
necessária no
século XXI

Murilo Silva de Camargo
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Alexandre Simões Pilati
Esther Bemerguy de Albuquerque
(org.)

Coordenação de produção editorial : Equipe editorial
Marília Carolina de Moraes Florindo

Assistência editorial : Jade Luísa Martins Barbalho
Emilly Dias de Matos

Revisão : Ana Alethéa Osório

Diagramação : Wladimir de Andrade Oliveira

© 2022 Editora Universidade de Brasília

Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Telefone: (61) 3107-3700
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada
ou reproduzida por qualquer meio sem a
autorização por escrito da Editora.


Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília
Heloiza dos Santos – Bibliotecária – CRB 1/1913

D214 Darcy Ribeiro e a UnB : a universidade necessária no
século XXI / organizadores, Murilo Silva de Camargo
... [et al.]. – Brasília : Editora Universidade de
Brasília, 2022.
200 p. ; 23 cm.

ISBN 978-65-5846-120-3 (impresso).
ISBN 978-65-5846-114-2 (e-book).

1. Ribeiro, Darcy, 1922-1997. 2. Universidade de
Brasília. 3. Universidades e faculdades públicas. I.
Camargo, Murilo Silva de (org.).

CDU 378.4

 Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Sumário

Apresentação

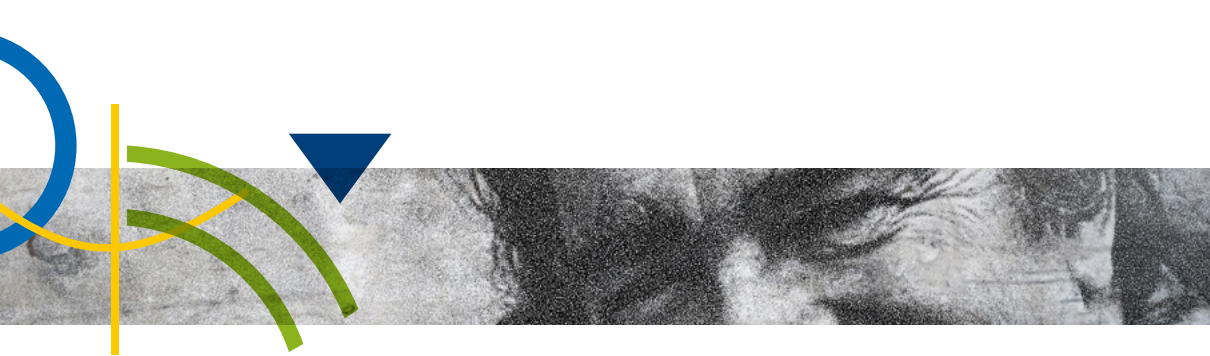
- 9** | **Darcy Ribeiro e a UnB:** a universidade necessária no século XXI



Parte I

Os textos de autoria dos estudantes de graduação

- 23** | **Utopia e realidade:** reflexões sobre os rumos da Universidade de Brasília
Alexsandro de Sousa Bandeira
- 33** | **Universidade para quê?** A universidade está sintonizada com o melhor do saber universal e com a sociedade brasileira?
Cesar Rodrigues van der Laan
- 43** | **A criatividade para a realização da visão universitária de Darcy Ribeiro**
Cristiano Hoppe Navarro
- 51** | **Universidade de Brasília, universidade-utopia**
Júlia Guimarães Stoimenoff Brito
- 59** | **A UnB de Darcy Ribeiro:** a aproximação entre o saber e as questões de uma realidade social
Nicole Ferro Antunes de Oliveira
- 67** | **Darcy Ribeiro:** sonhos interrompidos
Victor Eduardo Alves Rocha



Parte II

Os textos de autoria dos estudantes de pós-graduação

- 81** | **A universidade sonhada por Darcy Ribeiro:**
o papel da Biblioteca Central da UnB e da
Editora UnB na busca pela utopia necessária
Ana Flávia Lucas de Faria Kama
- 91** | **O papel da universidade e o contexto da
pandemia:** um ensaio à luz dos ensinamentos
de Darcy Ribeiro
Andressa Soares Costa
- 105** | **“A universidade necessária”:**
saber humanizado e responsabilidade social
Clerismar Aparecido Longo
- 123** | **Vozes da resistência:** Darcy Ribeiro e a UnB no
debate contemporâneo
Inês Ulhôa
- 137** | **Indo para a Universidade de Darcy:** educação
e liberdade para pensar a partir do Brasil
Kennia Dias Lino
- 145** | **A universidade pública, gratuita,
de qualidade e inclusiva para todos:**
a luta dos povos indígenas para sua inclusão
nas universidades públicas
Luciana Beatriz de Araújo Colombo



- 159 | Universidade para quê e para quem?**
Darcy Ribeiro, Lyra Filho e a UnB no processo de pluralização do ensino superior no Brasil
Marcos Júlio Vieira dos Santos
- 169 | Universidade para mudar gente que muda o mundo: uma autoetnografia para ler a política educacional no Brasil**
Rayane Andrade
- 187 | Darcy Ribeiro e a crítica que não envelhece**
Thaís Coelho Mariano



Darcy Ribeiro e
Oscar Niemeyer
visitam a UnB (1985)


Fonte: Universidade de Brasília.
Arquivo Central. AtoM UnB





Parte II

Os textos de autoria dos estudantes de pós-graduação





O papel da universidade e o contexto da pandemia: um ensaio à luz dos ensinamentos de Darcy Ribeiro

Andressa Soares Costa

Introdução

No cenário da América Latina, conforme dispõe o artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), *in verbis*: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. A partir desse pressuposto, verifica-se que as universidades têm baldrame constitucional como um local relevante para a coletividade, por serem essenciais na edificação de saberes que permitem a efetiva transformação social, libertária e emancipatória. O ensino superior brasileiro, por sua vez, foi notadamente influenciado pelo pensamento de Darcy Ribeiro (1986, p. 29), um dos intelectuais mais atuantes no que se refere ao estudo da educação, da política e da literatura no Brasil.

O quadro hodierno, todavia, expressa uma profunda rejeição e desvalorização da ciência nacional. O projeto neoliberal, abalizado pelo governo de extrema-direita em vigor, reitera



que é fundamental o aprofundamento do papel de resistência da universidade pública, gratuita e de qualidade. Isso porque Ribeiro (1986, p. 23) já havia enunciado que é preciso encontrar uma trajetória para realização de todas as potencialidades da academia, a fim de que se exercite plenamente os poderes para realização do destino que os próprios cidadãos brasileiros definirem para si, como contraparte elementar de satisfação das novas e urgentes demandas sociais.

Coloca-se em pauta, nesse sentido, a questão da corrente pandemia do coronavírus (Sars-CoV-2), que eclodiu no ano de 2020 e evidenciou o imprescindível dever de valorização dos acadêmicos brasileiros, que em muito vêm contribuindo para o combate da doença, seja na produção de pesquisas, seja no estudo de vacinas, seja na difusão de conhecimentos proveitosos para toda a sociedade civil. No entanto, as posturas adotadas têm expressado o repúdio, o ataque e a desvalorização da função social da universidade, o que pode ser comprovado pelos contínuos cortes no orçamento destinado ao financiamento da educação, desde o ensino básico até o ensino superior. (Inesc, 2021, p. 36).

A intenção deste ensaio surge justamente da tentativa de defender, questionar e refletir sobre o lugar da universidade em meio às problemáticas explicitadas pela crise sanitária e pelo cenário político atual, encabeçado pelos desígnios de Jair Messias Bolsonaro, atual chefe de governo e de Estado. O presente trabalho ampara-se no axioma de uma pedagogia emancipatória e libertadora, que faz sentido na medida em que os oprimidos, conforme preleciona Paulo Freire (2002, p. 30), procurem uma reconstrução de sua identidade e consolidem a tarefa humanística e histórica de progressiva autonomia em relação a quem domina e oprime.

O contexto neoliberal e a formação do saber latino-americano

Em primeiro lugar, convém mencionar sobre o marcador histórico da colonialidade do poder e da relação com o capitalismo e neoliberalismo que se faz presente no cenário brasileiro, repercutindo na formação do saber da América Latina. Aníbal Quijano (2005, p. 117) assente a problematização desse percurso ao longo dos séculos, que ensejou em um processo de formação da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo arquétipo central de perpetuação do poder mundial, sendo a classificação social da população global definida de acordo com o critério racial.

Quijano (2005) adiciona que a construção mental dos latino-americanos foi fortemente calcada na experiência de dominação colonial que, inevitavelmente, se expressa no século XXI como um padrão de poder hegemônico, que permitiu o abalçamento de inúmeras formas de opressão da vida humana, entendida como mero produto do mercado e da economia mundial. Achille Mbembe (2016) também é relevante na contextualização dessa temática, pois expõe que a raça pressupõe o embasamento de uma visão de mundo que categoriza as pessoas como melhores ou piores, com a distinção do que seriam trabalhos intelectuais ou braçais, marcando o início da modernidade, da sociedade capitalista, que teve como pano de fundo a força de um projeto mercantilista de dominação europeia e de criação e de classificação do ser humano a partir do processo de escravidão. Essa forma de classificar o mundo vem da estrutura cartesiana moderna, constituída a partir da invasão das Américas em 1492.

Nesse sentido, Michel Foucault (2009) contribui para a percepção dessa realidade, à medida que discorre sobre a construção de uma racionalidade moderna, neoliberal, que faz com que as pessoas sejam compreendidas como instrumentos úteis, como corpos dóceis, o que corrobora a reprodução das concepções que inferiorizam os sujeitos que pertencem a grupos não dominantes da sociedade. Isso quer dizer que o corpo também está inserido em uma seara política e de relações de poder que o comandam, sendo perceptível que o corpo somente se torna força útil caso opere, simultaneamente, como corpo produtivo e corpo submisso. A ação do ensino, para o autor (2009), seria incumbida de uma relação de fiscalização, visto que a vigilância hierarquizada carregaria consigo mecânicas de poder. Assim, as instituições sociais, políticas e econômicas estariam vinculadas ao próprio modo de produção capitalista, tornando-se visível que aquele que não é obediente ou que não produz lucros ao sistema é punido ou excluído.

Foucault (2008, p. 329-330) aduz, também, que é imprescindível fazer uma reflexão acerca da interligação das relações sociais com o projeto neoliberal de economia de mercado, pois este último tende a examinar os fenômenos sociais com base nos critérios puramente econômicos, refletindo na constituição das hierarquias, as quais ratificam a problemática situação dos países periféricos e dominados, afetando diretamente a forma de produção do conhecimento. Essa constatação pode ser vinculada ao panorama brasileiro, visto que a manifestação desse poder estruturante forjou a forma de pensar, de categorizar e de entender o próprio Direito, sendo isso efeito ideológico da imposição de uma cultura dominante, que

legítima as distinções e reforça a subjugação das outras culturas, designadas como subculturas, nos termos de Pierre Bourdieu (1989, p. 10-11).

O que se propõe, então, para o desenvolvimento de um saber latino-americano mais autônomo, seria a participação ativa da universidade na promoção do reconhecimento e da valorização daquilo que é produzido na América Latina, de modo a não perpetuar apenas a racionalidade cartesiana europeia, mas aplicar o conhecimento mais adequado para a realidade concreta do sul global.¹ Ou seja, é a tomada de consciência que se faz necessária para uma efetiva emancipação suscitada por autores como Bourdieu (1989) e Paulo Freire (2002), a fim de se pensar novos caminhos interpretativos de concepção da realidade, questionando e desnaturalizando concepções que permitam a manutenção de relações de poder assimétricas.

A crise sanitária do coronavírus e a função da universidade sob a ótica de Darcy Ribeiro

Especificamente quanto ao aparecimento da pandemia do coronavírus no ano 2020, é interessante frisar que os riscos, as incertezas e as inseguranças, examinados antes mesmo da chegada do vírus, estão se acentuando. Isso significa que a enganosa dicotomia entre saúde e mercado demonstra ineficiências que os estados têm em relação às políticas públicas necessárias para a satisfação das necessidades básicas de saúde de seus cidadãos. Esse apontamento pode ser ratificado pela dinâmica de funcionamento do mercado, que deveria estar comprometido com a garantia da saúde dos cidadãos, por se tratar de um direito humano para melhorar a liberdade e a qualidade de existência individuais, mas que acaba fazendo o contrário, esclarecendo-se a falta de comprometimento das sociedades capitalistas, as quais agem em nome do lucro incessante (Rubio, 2020, p. 58).

David Sánchez Rubio (2020, p. 57) assegura que a pandemia da covid-19 enfatizou em nível global as vicissitudes tradicionais que prejudicam a própria materialização dos direitos humanos na realidade fática, assim como realçou a crise econômica como elemento simbólico do aumento do abismo entre ricos e pobres, perfazendo o enrijecimento

¹ Essa concepção dialoga com Oswald de Andrade (1975), que discute, em seu manifesto antropófago, a dependência cultural dos países periféricos em relação à civilização europeia (colonialista), tendo ele contribuído para o fortalecimento da proposta de devorar, metaforicamente, as influências estrangeiras e conceber o verdadeiro reconhecimento dos elementos constitutivos de nossa formação sociocultural.

do capitalismo pelo mundo e deteriorando, paulatinamente, as proteções fundamentais de toda a espécie humana. Em outros termos, essa situação contribuirá, ainda mais, para o acúmulo de riquezas de uma minoria detentora do poder hegemônico e induzirá à ampliação dos dramas e das tragédias da população subjugada, rejeitada e empobrecida.

Por esses motivos, salienta-se que a teoria e a prática dos direitos humanos devem ser aplicadas com vistas a influir na erradicação das exclusões concretas e particulares, estendidas a todos os lugares e espaços sociais possíveis. É nessa lógica que Rubio (2020, p. 82) propõe a aplicabilidade de um viés teórico-prático de direitos que seja mais complexa, integral e relacional, alicerçando-se socialmente com práticas interdimensionais, interculturais e garantidoras de princípios democráticos.

O entendimento de Ribeiro (1974) aparece exatamente no sentido de exortar o papel crucial que a educação desempenha no progresso nacional e no desenvolvimento econômico e político, sendo imperiosos o exercício de sua função renovadora ligada à reflexão e a suplantação dos arcaísmos persistentes da própria universidade e da sociedade civil em geral. Sendo assim, a missão institucional das universidades irrompe no emprego dos recursos intelectuais para discutir sobre a responsabilidade ética da técnica e da ciência, de modo a devolver para a coletividade um saber que seja não só organizado, mas que sirva de informação e arquétipo para a superação das dissenções.

A universidade necessária, sob o ponto de vista de Ribeiro (1974), tem o dever de ser vanguardista, elaboradora de processos de transformação que possam ser gradativamente aplicados em prol da coletividade. Em outros termos, o ensino superior deverá levar em conta um programa de crescimento autônomo, realizando-se o diagnóstico crítico dos problemas que atingem a vida da população em geral e formatando uma militância que se antecipe às mudanças estruturais da realidade que cerca a academia, em consonância a um projeto progressista de firmamento de vínculos políticos com os variados segmentos da sociedade.

Nessa senda, o presente ensaio não poderia deixar de elucidar, como parte da comemoração dos 60 anos da Universidade de Brasília (UnB), a mentalidade central que guiou Ribeiro (1986, p. 15-16, grifo nosso) na tarefa primária de criação da UnB:

[...] Há quem diga que em Brasília o que sobra são assessorias. Só a Câmara dos Deputados teria mais assessores do que todos os parlamentos do mundo. São as más línguas. Não deve ser verdade. Não falo desse tipo de assessores. *Falo de uma assessoria cultural, científica e técnica, que seja independente e insubordinável, composta por sábios,*

que não sejam servidores de ninguém, que não dependam de partido nenhum. Essa assessoria autônoma, só a universidade pode dar. [...] A Universidade de Brasília veio cumprir essa função. Para tanto, o requisito indispensável é que ela surgisse como universidade autônoma, a fim de que tivesse condições de tratar com os representantes dos Poderes com a independência da Casa dos Saberes, como o Centro de Cultura em que o professor independente possa pensar de forma diferente do governo. Assim foi sonhada a Universidade. [...] Só atendendo a esses requisitos a UnB poderia tornar Brasília capaz de, um dia, multiplicar-se com grandeza e sabedoria.

Tal apontamento de Ribeiro (1986), que detona a expressão idealizada da universidade, corrobora a constatação de que, apesar da falta de incentivo e dos descréditos sofridos na atualidade, a universidade permanece com o escopo de embate à política neoliberal e capitalista vigentes, cujos pressupostos se baseiam na supressão de direitos fundamentais e no desmonte das conquistas democráticas que arduamente foram incluídas pela Carta Magna de 1988. Outrossim, Ribeiro (1986, p. 22-23) especifica que o nascimento da UnB, por exemplo, teve o fito de estabelecer uma liderança intelectual e de refletir, com aprofundamento, a universidade e a nação como problemas e, ao mesmo tempo, como projetos de libertação das amarras externas, não podendo deixar esse dever nas mãos dos políticos ou dos militares, pois a grandeza mental suficiente para pensar no Brasil em todas as suas potencialidades pressupõe o próprio povo como protagonista da história universal.

Ao traçar esses marcadores, apura-se, principalmente em uma conjuntura de crise, que:

É imperativo e urgente que se rompa a estrutura legal que estrangula o Brasil. Estrutura urdida secularmente pela velha liderança patriarcal brasileira, sempre vaidosa de termos alguma lei mais explícita que a inglesa em algum campo de defesa das liberdades, entre os pares; sempre indiferente à sorte do povo. Só nos realizaremos pelo caminho inverso de reescrever suas leis, de passar a limpo a institucionalidade vigente, proscrevendo o latifúndio que ela consagra, coactando a espoliação estrangeira que ela legaliza. É chegada a hora, mais uma vez, de rever esta institucionalidade pervertida e perversa. (Ribeiro, 1986, p. 24).

Sendo assim, diante do cenário político caótico do Brasil, fomentado pela crise sanitária, é importante reiterar o lugar das resistências² nesse momento de colapso da saúde e da economia que, conforme a compreensão de Rubio (2020, p. 57), apesar de não conseguirem transformar em absoluto as raízes do sistema em vigor, já que o capitalismo ainda manterá a sua capacidade excludente e predatória. Tais resistências são significativas para que sejam alcançadas, pelo menos, mudanças pontuais na sociedade.

Os desafios dos pesquisadores brasileiros no século XXI

No que tange aos últimos anos de ascensão da direita radical, particularmente da extrema direita, externada por intermédio de governos nacionais de democracias liberais, pode-se elucidar que esse fenômeno histórico repercute no próprio cenário contemporâneo, que tem destaque para a globalização e para a supremacia do neoliberalismo, do individualismo e do aumento das disparidades socioeconômicas no cerne das democracias. (Lemos Igreja; Negri, 2020, p. 36-37).

A sobreposição da extrema direita é motivada na pretensa justificação de valores religiosos, tradicionais e identitários de culturas consideradas superiores. O surgimento político da extrema direita se pauta pela utilização de discursos de ódio que afastam minorias políticas, como os negros, os indígenas, as mulheres e a população LGBTQIA+. A vitória eleitoral desses discursos e planos ideológicos, tendo por base meios democráticos, autentica alvitradadas políticas que naturalizam as dessemelhanças e exclusões, o que, infelizmente, revela-se como uma tendência global de estima da extrema direita, em que não apenas o ódio pelas minorias é nutrido, porém, também, a repulsa e a descrença em relação às ciências, à intelectualidade e a qualquer modo de racionalidade que questione os valores, a subjetividade e o sentido comum em que a extrema direita se arraiga (Lemos Igreja; Negri, p. 37).

² Quando se fala em lugar de resistência, é válido rememorar a Filosofia da Libertação enunciada por Enrique Dussel (1977), uma vez que ele é um dos nomes mais notórios no que se refere à temática da emancipação dos discursos hegemônicos que permeiam as pressões voltadas aos países do sul global. A sua posição política abaliza um olhar mais sensível sobre grupos sociais até então silenciados ou mesmo esquecidos na formação dos saberes. O autor levanta que seriam as instituições de ensino os meios capazes de promover a libertação da opressão, ao contribuir na promoção de uma consciência crítica dos sujeitos oprimidos em relação a suas próprias condições de existência.

O presidente da República Jair Messias Bolsonaro aparece nessa perspectiva de operacionalização de uma rejeição aos locais de produção de informação e de conhecimento. Indicadas como instituições perigosas, as universidades públicas brasileiras têm sido retratadas como o principal *locus* da esquerda, constantemente difundidas como parte de um suposto sistema de dominação ideológica, degradadas pelo discurso de liberdade sexual e respaldadas pelo comunismo e pelo ditame daquilo que seria considerado politicamente correto. À vista disso, Bolsonaro sugere que a condução das instituições públicas de ensino superior serviria para uma etapa do processo de doutrinação ideológica de esquerda desde o ensino básico, o que assevera a sua aversão no que diz respeito às pautas em defesa da educação. (Negri; Lemos Igreja; Rodrigues Pinto, 2019).

Diante dos variados desafios representados pela ascensão de um projeto neoliberal que reduz investimentos na pesquisa, os cientistas, sobretudo os das ciências sociais, alvos imediatos de críticas e de cortes orçamentários, são convocados a demonstrar sua magnitude para a sociedade. Um esforço de aproximação e de difusão das pesquisas para a sociedade em geral é fulcral, sobretudo em contextos de extrema desigualdade socioeconômica que incentivam os extremismos (Lemos Igreja; Negri, 2020, p. 66).

Exemplificando a situação relatada, a recente edição do monitoramento do Orçamento Geral da União (OGU), articulada pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), que faz referência, essencialmente, ao ano 2020, colaborou com a apreciação pública sobre a postura do Estado no que tange à garantia dos direitos humanos. O orçamento público trata-se de um instrumento primordial para a luta contra as desigualdades e para o acesso à justiça cultural, econômica, social e ambiental. (Inesc, 2021, p. 8).

Ainda de acordo com o relatório do Inesc (2021, p. 8), a pandemia da covid-19 elevou, além das mortes de inúmeros brasileiros, as crises socioeconômicas preexistentes no Brasil, aumentando o desemprego e os trabalhos informais. Os recursos disponíveis para coibir a crise não se mostraram suficientes para enfrentar os efeitos da pandemia e nem para dar prosseguimento aos programas e às ações dos diversos ministérios, especialmente dos setores ligados à educação, à proteção das minorias, como mulheres, indígenas e quilombolas, e à defesa de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Além da escassez de recursos, a execução financeira também foi decepcionante.

Essa breve menção aos insuficientes recursos destinados a setores historicamente esquecidos da sociedade mostra a recolocação dos cortes de gastos como

único caminho possível, sendo a supervisão do orçamento público mecanismo de prestígio para a realização de uma política econômica que priorize a proteção de uma vida digna para todos os indivíduos. É forçoso relembrar a essência política da gestão dos gastos públicos e insiste-se na premência da ação estatal para a ascensão e a garantia de direitos, servindo como meios de se fazer presentes aquelas vidas que se foram em uma catástrofe evitável. (Inesc, 2021, p. 11).

Feitas tais considerações, as ciências sociais são desafiadas pela complexidade e pela dificuldade de compreensão da extrema direita. Exige-se um esforço interdisciplinar de procura por metodologias, por marcos conceituais e por categorias novas que ajudem na compreensão mais profunda dos alicerces da extrema direita. As ciências precisam, ainda, diante dos ataques cotidianos, proteger a si mesmas para continuarem existindo, avultando a sua necessidade, o valor do conhecimento que produzem e a relevância que têm para a sociedade. Ou seja, o debate sobre a atividade dos cientistas e a seriedade do conhecimento científico precisam orientar um planejamento coletivo de melhoria da sociedade. (Lemos Igreja; Negri, 2020, p. 38).

A partir dessas colocações, José Eduardo Faria (1997 *apud* Sousa Júnior, 2021, p. 85) considera algumas alternativas para que a pesquisa do Direito possa estar presente no século XXI, mesmo diante de desafios, a partir da

definição de campos temáticos e dos problemas específicos passíveis de ser financiados com recursos públicos, estimulando, assim, os cursos jurídicos a promover as reformas que eles não foram capazes de realizar espontaneamente e a desenvolver marcos teóricos capazes de tornar viável a compreensão dos novos institutos jurídicos e das relações socioeconômicas que lhes deram origem e função.

Em adição a esse propósito, José Geraldo de Sousa Júnior (2021, p. 86), intencionado pelos valores de *O Direito Achado na Rua*, traz o olhar dos movimentos sociais e das suas práticas como prognósticos de conformação do Direito. Assim, os pesquisadores brasileiros devem se orientar pela dimensão emancipatória, não servindo como ferramentas de subordinação às práticas políticas preestabelecidas.

Conclusões

A partir das averiguações delineadas, é possível notar que, sem o estabelecimento de um senso crítico, não há como indagar as estruturas de poder historicamente impostas e tampouco há como admitir o papel fundamental das universidades em tempos de crise e de hostilidade por parte de atores que proclamam discursos antagônicos aos direitos humanos e à própria liberdade de cátedra. Quando se pensa na função social das instituições de ensino superior, é primordial que haja a salvaguarda de valores humanísticos, preceito elementar para a realização das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. Imperioso lembrar que, como idealizado por Darcy Ribeiro (1986), a UnB, por exemplo, foi concebida na capital do país justamente no intento de colaborar, ao lado das demais universidades, com a superação das desigualdades, das injustiças e da exclusão social.

Isso posto, as ciências sociais latino-americanas emergem como ferramentas de luta contra os eurocentrismos e contra as forças de resquícios coloniais e imperialistas. (Lemos Igreja; Negri, 2020, p. 46). Dessa forma, ressalta-se que a defesa da autonomia das universidades deve ser constituída em aliança ao reconhecimento de contradições e da pluralidade coletiva. É nessa direção que a avaliação sobre a crise sanitária do coronavírus, que afeta, também, a economia e a política, deve abrir caminhos para a proposição de novos desafios, com vistas a mudanças estruturais na sociedade brasileira, sendo certo que os conhecimentos e as práticas sociais concebidas nas universidades são medulares na investigação de resultados que robusteçam o compromisso da cidadania com as vozes da coletividade. Logo, é impreterível a participação da comunidade externa na construção diária da universidade pública, gratuita e de qualidade e na aproximação do saber acadêmico e do saber tradicional, reservando a cada um o seu grau de importância.

Márcia Abrahão Moura e Mônica Nogueira (2021, p. 30) assentem que a proteção das instituições públicas deve ser estimulada para que haja o verdadeiro progresso do acesso a direitos fundamentais, de modo a promover universidades públicas cada vez mais arrojadas, inclusivas e democráticas.

Cumprе mencionar que o processo de inclusão ecoa na efetiva participação popular, uma vez que a transmutação da ordem social não deve ocorrer de dentro para fora, mas de fora para dentro. Isso significa que a academia deve primeiro fazer uma ponte com as demandas populares para depois construir a produção do saber. A universidade necessária, preconizada por Darcy Ribeiro (1974), precisa

alcançar quem, de fato, carece de tutela, englobando a população marginalizada em seu projeto constitucional de integração com a sociedade.

Ademais, sem deixar de se levar em conta a ideia de emancipação retomada por Freire (2002), é necessária a compreensão das diferentes formas de opressão, de dominação e de exclusão no mundo neoliberal, apresentando-se o reconhecimento da inserção do educador e do educando como instrumentos basilares na luta de classes, na luta entre opressores e oprimidos, de maneira a expurgar a condição de explorador/explorado preposta pela ideiação capitalista.

Por fim, uma maior harmonização entre as massas populares e a comunidade acadêmica se expressa como meio de emancipação e de libertação equitativa e plural da sociedade, sendo isso possível mediante a proposição de projetos concretos, resultantes das agendas políticas, e pela manifesta busca de união efetiva dos interesses sociais e da comunidade de intelectuais comprometida com a evolução democrática, com o (re)conhecimento de direitos fundamentais e com o necessário estímulo a maior representatividade das minorias sociais na formatação das estruturas de poder.

Referências

ANDRADE, Oswald. Manifesto antropófago. *Revista de Antropofagia* (Reedição da revista literária publicada em São Paulo, 1ª e 2ª edições, 1928-1929). São Paulo: Abril, 1975.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia na América Latina: filosofia da libertação*. São Paulo: Loyola, 1977.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos). *Um país sufocado: balanço do orçamento geral da União 2020*. Brasília: INESC, 2021. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/baixa-execucao-financeira-e-lentidao-do-governo-asfixiaram-politicas-sociais-em-2020-diz-estudo>. Acesso em: 2 out. 2021.

LEMOS IGREJA, Rebecca.; NEGRI, Camilo. As ciências sociais brasileiras frente à ascensão da extrema-direita: uma reflexão urgente e necessária. *Plural – Antropologías desde América Latina y del Caribe*, v. 2, n. 6, 2020. Disponível em: <https://asociacionlatinoamericanadeantropologia.net/revistas/index.php/plural/article/view/151> Acesso em: 2 out. 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Revista Arte e Ensaios*, n. 32, dez. 2016.

MOURA, Márcia Abrahão; NOGUEIRA, Mônica. As universidades e seu papel para a promoção da cidadania e a defesa dos direitos fundamentais. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de [et al.] (org.). *O Direito Achado na Rua: introdução crítica ao Direito como liberdade*. Brasília: OAB Editora; Editora Universidade de Brasília, 2021. v. 10, 728 p.

NEGRI, Camilo; LEMOS IGREJA, Rebecca; RODRIGUES PINTO, Simone. It happened in Brazil too: the radical right's capture of networks of hope. *Cahiers des Amériques Latines*, n. 92, 2019/3, p. 17-38. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cal/9877>. Acesso em: 2 out. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

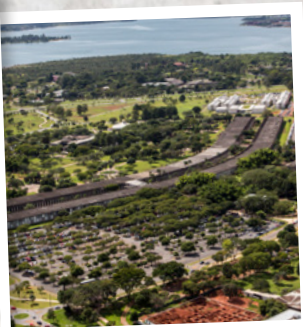
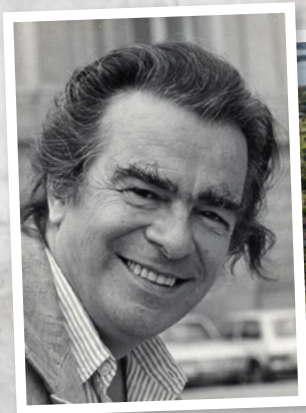
RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade para quê?* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. 32 p.

RUBIO, David Sánchez. El cinismo, el escepticismo y la tecnocracia frente a los derechos humanos en el contexto del covid-19. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; RAMPIN, Talita Tatiana Dias; Amaral, Alberto Carvalho [org.]. *Direitos Humanos e covid-19: grupos sociais vulnerabilizados e o contexto de pandemia*. Belo Horizonte: D' Plácido, 2020. p. 57-86.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo. O Direito Achado na Rua: questões de teoria e prática. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de [et al.] (org). *O Direito Achado na Rua: introdução crítica ao Direito como liberdade*. Brasília: OAB Editora; Editora Universidade de Brasília, 2021. v. 10, 728 p.

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.



Darcy Ribeiro e a UnB

a universidade necessária no século XXI



Este livro é uma homenagem à Universidade de Brasília, que em 2022 completa 60 anos, e a Darcy Ribeiro, um de seus mais importantes idealizadores e fundadores, que faria cem anos. Quinze ensaios escritos por estudantes da UnB sobre Darcy Ribeiro e a universidade necessária compõem este volume, que é resultado de edital conjunto da UnB e do Conselho Editorial do Senado (Cedit).

Os textos desta coletânea projetam as vozes de estudantes, em um exercício que investiga os efeitos do pensamento e da ação de Darcy Ribeiro na jornada da Universidade de Brasília, as transformações pelas quais ela passou e aquelas que promoveu. Que vozes poderiam ser mais lúcidas que essas para colocar em perspectiva a história da Universidade? São vozes plurais que reiteram, de forma uníssona, o compromisso da UnB com a construção de soluções para os desafios do país e do mundo – fossem os passados, sejam os presentes. A despeito das diversas tentativas de cerceamento da ação emancipadora desta Universidade, afirmam os estudantes: a UnB alcança os seus 60 anos atuante como sempre, necessária como nunca.



UnB | DEX

